

EDUCAÇÃO, POBREZA E POLÍTICA EDUCACIONAL EM DEBATE

Jamille Oliveira de Melo –UFPE-mille.oliveiramello@gmail.com

Edson Francisco de Andrade – UFPE-edsonprofessor@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discorrer acerca da relação entre os conceitos de educação e pobreza, tendo em vista, a problematização da proposição de políticas educacionais por parte do Estado na intenção de iniciar o enfrentamento e a superação das desigualdades sociais/educacionais, entendendo que esta superação, não depende única e exclusivamente da instituição social – ESCOLA.

Neste sentido, a reflexão em torno do nexos Educação e Pobreza (desigualdades sociais) tem nos expostos a da situação da escola pública no Brasil e o quanto esta instituição, em alguns contextos, evoca em sua estrutura e funcionamento o estigma da pobreza com a propagação das desigualdades educacionais.

Partindo desse pressuposto, o presente artigo consiste em uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2001) e organiza-se em três seções discursivas, distribuídas da seguinte forma: a relação educação e pobreza (desigualdades sociais), a educação como política pública e a ação do Estado e por fim, política educacional e desigualdades.

DESENVOLVIMENTO

Na primeira seção, o conceito de pobreza é discutido por Garcia, Hillesheim e Kruger (2017) a luz de três correntes teóricas: a liberal/neoliberal, a social-democrata e a marxista. Na corrente liberal/neoliberal, a causa da pobreza é atribuída exclusivamente ao indivíduo, a condição de pobreza seria manipulada pela ação do mercado em consonância com o Estado, característica liberal/neoliberal de.

Na corrente social-democrata, a pobreza é consequência de problemas advindos do capitalismo e a superação da condição de pobreza estaria na participação do Estado como desenvolvedor/administrador de políticas de cunho econômico e social. Já na corrente marxista, os autores salientam que Marx evidenciava que o Estado não seria a entidade com competência suficiente para ultimar a pobreza.

Arruda e Andrade (2017) refletem a relação educação e pobreza, associada ao desenvolvimento de políticas educacionais. O debate proposto parte da definição da concepção de educação como direito e a reflexão desta temática vinculada a aspectos econômicos, políticos e culturais.

Diante dos estudos por eles analisados, a promoção de políticas educacionais, se problematizadas, assistencial ou suplementar, são um dos meios para alcançar uma promoção de oportunidades para os indivíduos em situação de pobreza, rompendo a naturalização das desigualdades sociais e educacionais.

Corroborando com Arruda e Andrade (2017) partimos do entendimento de que as máculas da pobreza não perdem a força quando chegam a escola, neste lugar elas também se manifestam, uma vez que existe uma relação fidedigna posta entre desigualdade social e desigualdade educacional.

Na segunda seção, enfatizamos a reflexão da educação como política pública proposta por Azevedo (2001), com ênfase na ação de um Estado de matriz neoliberal. Azevedo (2001) expõe o debate sobre as contribuições para a educação e para a política educacional dada pelas abordagens (neoliberal, pluralista, social-democrata e marxista), correntes brevemente discutidas anteriormente, no que se refere a concepção de pobreza. Nesta pesquisa, discorreremos apenas acerca da política educacional na perspectiva neoliberal, dado o contexto pós-golpe da sociedade que expressam as características desta corrente.

Azevedo (2001) ao refletir as estruturas de poder e a postura do Estado em ação aponta que na corrente neoliberal o ideário de concepção utilitarista de democracia, exhibe um Estado responsável por gerir de maneira neutra, bens essenciais, como a Educação. No plano da concepção utilitarista de democracia toda e qualquer ação econômica para prover o bem-estar é fruto da “mão invisível” do mercado que prega ideais de liberdade e individualismo para justificar a ação do mercado na sociedade.

Esta reflexão nos reporta a concepção de pobreza discutida anteriormente por Garcia, Hillesheim e Kruger (2017), que responsabiliza o sujeito individualmente por viver em estado de pobreza. Parafraseando Azevedo (2001), para o grupo neoliberal, a crise que assola a sociedade seria causada pelas políticas públicas e somente a ação mercadológica seria capaz de regular o capital e o trabalho. A corrente neoliberal

desqualifica a promoção de políticas, pois crê que estas inserem os indivíduos em um estado de comodidade e dependência.

No caso da política educacional, a lógica neoliberal é vista na ideia de capital de humano potencializada, ao passo em que o fracasso, o estado de pobreza, as desigualdades são atribuídas ao indivíduo e a família que não escolheram as melhores oportunidades de ensino. A política educacional funciona de acordo com os ditames do mercado.

Na terceira seção, Arroyo (2010) ao discutir esta temática parte da relação política educacional, desigualdades e a postura do Estado. A análise do autor parte da problematização de quem são esses sujeitos “desiguais” e como eles são vistos na constituição das políticas. Para o autor, o Estado neoliberal falsamente assume se dispõe como facilitador ao propor políticas de solução, entretanto a sua intenção continua sendo única: controlar e perpetuar dissimuladamente aquilo que já é desigual. As políticas públicas são pensadas em vista do controle e da “reorganização da desordem social”, para eles criadas pelos pobres.

Compreendendo como discute Arroyo (2010) que a produção das desigualdades ou dos Outros como desiguais tem gênese social e política mais profundos e mais complexos, repensar a atuação do Estado e a forma de oferecimento das políticas é um dos caminhos para o enfretamento.

Sampaio e Oliveira (2015) discutem as dimensões das desigualdades educacionais no Brasil, entendendo que estas se relacionam, mas devem ser pensadas separadamente para o processo de constituição das políticas pública. As dimensões definidas pelos autores são: do acesso, do tratamento e dos conhecimentos.

Neste cenário a equidade surge como meio para superação, entendendo a necessidade de que todos os estudantes tenham oportunidades justas de ensino, respeitando todas as situações e processos históricos vividas pelos grupos sociais, no qual cada criança, jovem o adulto está inserido.

CONCLUSÃO

No âmbito da educação e pobreza, identificamos o quanto a reflexão acerca da pobreza ainda limita-se a discussão sobre renda. Ao mesmo tempo, em consonância com Arruda e Andrade (2017) destacamos a necessidade de uma abordagem sistêmica,

compreendendo que a educação é um direito e todos devem ter oportunidades de vivenciá-las.

Ao pensarmos a educação como política pública, conforme Azevedo, evidenciamos a matriz neoliberal que perpassa a sociedade brasileira, a desqualificação do Governo Neoliberal frente as políticas sociais, a aproximação entre o campo educacional e o campo mercadológico sugerido pelo sistema capitalista. Neste espaço, a educação definida como um bem essencial oferecido pelo Estado.

Por fim, considerando os estudos defendidos por Arroyo (2010), que levanta o debate referente a visão reducionista da sociedade e do Estado, no que tange aos sujeitos desiguais, corroboramos com a urgente necessidade de repensar o papel do Estado na construção dessas políticas e na visão atribuída pela sociedade e Estado aos sujeitos desiguais, a fim de que as políticas não sejam políticas de solução em vista tão somente da compensação, mas principalmente na intenção de fomentar uma sociedade justa.

Referências

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Revista Educação e Sociedade**, v. 31,n.113, p. 1.381-1.416, out./dez. 2010.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de; ANDRADE, Edson Francisco de. Relação entre educação e pobreza no Brasil: algumas notas. In: GARCIA, Adir Valdemar et al (Organizadores). **Reflexões sobre a pobreza: educação e assistência**. 1ª ed. Florianópolis/SC: NUP/CED/UFSC, 2017, pp. 23-63.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. 2a ed. ampl. Campinas: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (orgs.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

GARCIA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime; KRUGER, Tânia Regina. Concepções e proposições de enfrentamento à pobreza: o que dizem os PPA do estado de Santa Catarina. In: GARCIA, Adir Valdemar et al (Organizadores). **Reflexões sobre a pobreza: concepções, enfrentamentos e contradições**. 1ª ed. Florianópolis/SC: NUP/CED/UFSC, 2017, pp. 157-222.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Portela. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.